

Apresentação

A revista *Interfaces Brasil/Canadá* chega ao seu 23º fascículo (volume 16, número 2) com um rendimento pujante, reafirmando a parceria da ABECAN com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, com o Centro de Artes da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e com o Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, da Universidade de São Paulo (USP).

Agradecemos à equipe da Editora da UDESC e à acadêmica Paula Martins, que editorou o presente fascículo; a Elizabeth Castillo Fornés, pela revisão em português e em espanhol e pela ajuda na padronização geral e na revisão final dos arquivos editorados; a Eloína Prati dos Santos e a Priscila Farias pela revisão final e padronização dos textos em inglês. Muito especialmente, também agradecemos aos membros do Conselho Editorial e da Comissão de Ética que puderam colaborar com a revista emitindo seus criteriosos pareceres. O periódico tem recebido um número maior de submissões, de forma que a participação dos conselheiros com disponibilidade de ajudar torna-se ainda mais estratégica. Da mesma forma, agradecemos aos pareceristas *ad hoc*, que aceitaram o desafio de colaborar com a revista *Interfaces*.

Saudamos a chegada à editoria da professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Eloína Prati dos Santos, com sólida tradição nos Estudos Canadenses e longa relação com a *Interfaces Brasil/Canadá*, que substitui, agora, a professora Zilda Grícoli Iokoi, a quem dirigimos os nossos mais sinceros agradecimentos pelo relevante trabalho desenvolvido em favor da revista até o momento. Zilda Iokoi segue vinculada ao periódico, integrando a Comissão de Ética.

A edição que se apresenta aos leitores foi dedicada ao dossiê *Raça, Política e Políticas Públicas*, editado sob a responsabilidade das professoras Gislene Aparecida dos Santos, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e ao em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo, e Njoki Nathani Wane, professora do *Department of Social Justice Education, Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto*.

O dossiê, detidamente comentado pela professora Gislene dos Santos, a seguir, dialoga com o escopo da revista, que enfatiza o compromisso com a interdisciplinaridade, a interculturalidade e os Direitos Humanos. O conjunto de artigos reunidos em seu âmbito divulga e discute resultados de pesquisas recentes, focalizadas em políticas públicas para os grupos racializados, procurando entender o debate em torno das mesmas. São abordadas as questões de gênero e de raça na perspectiva das políticas de Estado e de educação. O dossiê reúne cinco artigos inéditos, os quais contaram com a contribuição de pesquisadores brasileiros (de diversas instituições), do Canadá e da América Latina. Dois dos textos excederam o limite regimentalmente recomendado, de 35 mil caracteres, mas a editoria autorizou a exceção, a pedido das editoras convidadas, por considerar ser justificável em função da qualidade do debate proposto.

Por sua vez, a seção *Estudos Canadenses Comparados* nos traz o ensaio de Economia do professor Francisco Ernesto Navarrete, da *Universidad del Valle de Atemajac*, do México, intitulado *The Impact of the NAFTA over the Canadian Automotive Industry throughout 20 Years*. A produção da indústria automotiva canadense é comparada, de forma instigante, com a dos Estados Unidos e do México. O texto discute, ainda, o impacto do NAFTA levando em consideração a emergência da China como potência econômica global.

Na seção *Estudos Literários e Culturais*, com o artigo intitulado “*Seeing with a so-called fresh eye*”: *Revisiting P. K. Page’s writings on Brazil*, a professora Magali Sperling Beck, da Universidade Federal de Santa Catarina, discute as representações da poeta canadense P. K. Page sobre o Brasil, partindo do espaço de contradição que geralmente marca as narrativas sobre deslocamentos geográficos e demonstrando que a experiência de Page, neste país, a levou a refletir sobre a relação intrínseca entre lugar e identidade.

Desejamos a todos uma agradável e proveitosa leitura!

Gunter Axt, editor-chefe

Eloína Prati dos Santos, editora assistente

Fábio Vergara Cerqueira, editor assistente

Monique Vandresen, editora especial de editoração e de impressão

Raça, Política e Políticas Públicas em uma perspectiva “decolonial”

Quando propusemos a elaboração do dossiê *Raça, Política e Políticas Públicas* tínhamos em mente divulgar resultados de pesquisas que focalizassem o tema das atuais políticas públicas destinadas aos grupos sociais racializados. Queríamos saber quais autores têm sido utilizados para discutir política e políticas públicas voltadas aos negros e/ou grupos racializados no Canadá e no Brasil; quais métodos de pesquisa têm sido utilizados para produzir esse conhecimento; se seria possível dizer que os métodos de pesquisa seriam orientados por raça; sexo; gênero.

Nosso ponto de partida para a proposição deste dossiê foram os estudos realizados por Njoki Wane, os quais discutiam as questões do racismo e da opressão por gênero em uma perspectiva pós-colonial e feminista.

Ao ler Wane, compreendemos que os estudos pós-coloniais, decoloniais, em uma perspectiva feminista revelam um quadro teórico que ilustra as experiências históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas das mulheres negras que assumem uma ótica diaspórica, internacional, já que se apoiam no estudo das narrativas de mulheres negras imigrantes de diferentes partes do mundo, mas, também, se apoiam no estudo das teorias desenvolvidas por autores que se debruçaram sobre o tema gênero e raça em diferentes países. Assim, trazem o conhecimento de povos não ocidentais com outras epistemes e outros paradigmas.

Segundo Wane, nos últimos anos, pesquisadores têm teorizado sobre esse tema, produzindo trabalhos que ilustram as descobertas que fizeram no sentido de compreender os desafios necessários para o enfrentamento do racismo, do classicismo dentro dos movimentos feministas tradicionais, e para compreender o sexismo e a homofobia dentro das comunidades negras. Também para compreender como o nacionalismo, o fundamentalismo religioso e a política de imigração seguem parâmetros discriminatórios; compreender os privilégios associados à brancura e à exploração econômica que são transversais a todos os fenômenos descritos acima (Cf. BRAND, 1991; CARTY, 1991, 1993). Essas reflexões ilustram e analisam os cruzamentos e multidimensionalidade da opressão e da liberdade e renunciam às teorias de libertação unidimensionais que incidem

sobre o patriarcado ou a supremacia branca, ou a análise do capitalismo transnacional ou da homofobia, como fenômenos isolados.

Essa discussão, por si só, sinaliza para o desenho de um conjunto de ações políticas e de proposição de políticas públicas que poderiam decorrer delas.

Por isso, é preciso compreender um pouco mais os sentidos do projeto político, epistemológico e de transformação decolonial sinalizado nas falas de Wane e dos autores e autoras citados acima.

Grande parte dos autores que pesquisam na área dos estudos pós-coloniais considera que a crítica pós-colonial é uma forma ou um produto da resistência ao colonialismo e ao imperialismo.

Para outros, o objetivo da compreensão da crítica pós-colonial é associá-la com o momento do passado (e também do presente) que prefacia as críticas feitas pelas teorias multiculturais.

Young (2008), afirma que o discurso pós-colonial é enunciado nos três continentes do Sul (América Latina, África, Ásia), ou seja, são investigações e reflexões que assumem diferentes perspectivas tricontinentais como parte do repensar a história das nações e dos continentes que foram colonizados. Essa crítica seria nutrida por um consenso político e moral em torno do legado histórico do colonialismo ocidental.

Para Young, haveria algo particular sobre o colonialismo que deveria ser investigado. Não se deve esconder o colonialismo sob o tapete da Modernidade ou da Pós-Modernidade como se os males do passado tivessem sido superados pelos avanços da tecnologia ou mesmo pelas invenções democráticas associadas a direitos humanos, direitos ou instituições que tratam da justiça social global.

Infelizmente, os males do passado se perpetuam e se reproduzem. A dominação continua por meio da dominação econômica introduzida no passado e mantida no presente ainda colonialista. Sendo assim, é fundamental avaliar o que o colonialismo trouxe em termos destrutivos para todas as culturas e povos submetidos a essa forma de sistema/poder.

Young avalia que a crítica pós-colonial não foi a primeira a apontar os problemas éticos, políticos e econômicos do colonialismo, mas teria sido a primeira a pesquisar as ramificações do colonialismo em ambas as sociedades, colonizadas e colonizadoras,

mostrando que os valores do colonizador se espalharam largamente, incluindo na cultura acadêmica que, em grande medida, ofereceria como categorias para a reflexão e para o pensamento aquelas que foram criadas sob a égide do colonialismo.

Sabemos (e Young também aponta para isso) que a teoria marxista é considerada central para os estudos pós-coloniais. Os elos entre os estudos pós-coloniais e o marxismo são fortes porque os estudos pós-coloniais mostram que os crimes contra a humanidade são produtos da dominação econômica do Norte sobre o Sul, e o marxismo seria o paradigma para esta crítica. Contudo, mesmo na apropriação das categorias marxistas para a reflexão sobre a colonialidade do poder e para a decolonização é preciso ser crítico, como os autores latino-americanos do grupo Modernidade/Colonialidade nos informam.

A avaliação do ponto de vista histórico sobre o colonialismo e sob os vínculos dos estudos pós-coloniais apenas nos introduz aos diferentes modos de se falar sobre o tema.

Poderíamos, por exemplo, assumir a perspectiva de Fanon quem, já na década de 1950, em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (1983), ou em *Os condenados da Terra* (2006), ambos marcos dos estudos pós-coloniais, já sinalizava para as tensões psíquicas e políticas que se entrelaçavam na dialética construção das identidades negra-branca a partir de discursos que negavam o reconhecimento do negro como cidadão pleno. Para o autor, a linguagem patenteia uma das formas dessa opressão. Falar é existir de modo absoluto para o outro. Falar é assumir uma cultura e também é suportar o peso de uma civilização.

Outra opção seria assumir a perspectiva de Spivak quem, em seu livro *Pode o subalterno falar?* (2010), foi categórica ao afirmar que os subalternos não têm fala. Subalternos são aqueles que pertencem às camadas mais baixas da sociedade, os excluídos da representação política e legal ou aqueles que não teriam condições de serem reconhecidos ou se tornarem membros plenos do estrato social dominante. São aqueles cuja fala seria silenciada, que não seriam ouvidos, pois suas demandas seriam sempre intermediadas pela voz de outros que atribuiriam a si mesmos o direito de representá-los e falar por eles.

Já com Hall aprendemos que:

[...] o termo “pós-colonial” não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural

– e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e “no estrangeiro”. [...] Como Mani e Frankenberg afirmam, o “colonialismo”, como o “pós-colonial”, diz respeito às formas distintas de “encenar os encontros” entre as sociedades colonizadoras e seus “outros”. (HALL, 2003, p. 109).

Hall (1992), também demonstra como, na formação da Modernidade, se criou um discurso sobre a Europa tomada como centro em referência ao chamado resto do mundo. A própria ideia de Ocidente teria sido criada para sustentar um discurso por meio do qual as sociedades seriam classificadas e hierarquizadas. Isso permite que as pessoas falem sobre coisas de um certo modo, produzam conhecimento de um certo modo e a partir de algumas categorias. Isso se torna um fator de organização de um sistema global de relações de poder, se torna um conceito essencial como referência do modo de pensar. Veremos que esse discurso que, em Hall, aparece como a criação do Ocidente em relação ao resto, surge em Quijano como colonialidade do poder.

São vários os autores que podem ser elencados entre aqueles que investigam os efeitos do colonialismo ou que se autointitulam estudiosos do pós-colonial. Contudo, para efeitos didáticos, irei organizar a discussão temática a partir dos tópicos e agrupamentos realizados por Castro-Gómez e Grosfoguel (2007).

Para esses autores, podemos considerar a existência de três núcleos centrais em torno dos quais os estudos pós-coloniais se desenvolvem atualmente: o dos *postcolonial studies* anglo-saxão; o dos estudos pós-coloniais latino-americanos e um terceiro eixo que seria o dos estudos da decolonização e da colonialidade de poder, também desenvolvidos por pesquisadores latino-americanos, mas que não se enquadrariam, especificamente, como pós-coloniais mas sim como algo que completaria ou aprofundaria a perspectiva crítica proposta pelos dois grupos anteriores. Em outras palavras, poderíamos considerá-los como dissidentes.

Para compreender o desenvolvimento da crítica pós-colonial, é preciso saber que, além dos aspectos acima apontados, a partir do trabalho de Young (2008), os dois grupos de estudos do pós-colonial (anglo-saxão e latino-americano) concordariam que os principais

tópicos da crítica pós-colonial se encontram em alguns tópicos que lhes são essenciais. Ambos assumem que devem ter como objeto:

- 1- A crítica ao desenvolvimentismo.
- 2- A crítica ao imperialismo.
- 3- A crítica às formas eurocêntricas de produção do conhecimento.
- 4- A crítica à crença em que as epistemologias do Norte são capazes de compreender toda a complexidade das diferentes culturas e formações sociais ao redor do mundo.
- 5- A investigação sobre os modos de produção e reprodução das desigualdades entre os gêneros e das hierarquias raciais.
- 6- A investigação sobre os modos de produção de processos culturais e ideológicos que favorecem a subordinação das periferias aos países considerados centrais dentro do modelo/sistema-mundo capitalista.
- 7- A investigação sobre como foram assumidos como legítimos os modelos de desenvolvimento provenientes do norte do mundo e, com isso, a reprodução de formas antigas de colonialismo.
- 8- A crítica à caracterização dos países das periferias como sendo sociedades do passado, pré-modernas.
- 9- A investigação dos discursos que serviram para justificar a subordinação dos estados-nação pós-coloniais por meio da implantação de capital internacional durante os séculos XIX e XX.
- 10- A crítica à ideia e à lógica segundo as quais se assume que a Europa e os países do Norte são mais desenvolvidos/superiores em todos os sentidos e que os modos de vida adotados no Ocidente são superiores e devem ser ensinados e adotados por todos os povos do mundo.
- 11- A contestação das dicotomias civilização/barbárie; desenvolvimento/subdesenvolvimento; ocidental/não ocidental; Ocidente/Oriente (*West and Rest*).

Apesar de compartilharem esses aspectos na crítica que realizam aos modos como o colonialismo se perpetua nas sociedades modernas e pós-modernas, os grupos divergem sobre o viés que devem assumir na construção de suas análises.

O *postcolonial studies*, formado basicamente por pesquisadores das Ciências Humanas das áreas da Literatura, Linguística, Filosofia, enfatiza os discursos, ou o discurso colonial. Observaram a agência cultural dos sujeitos. Observam que o sistema-mundo moderno/colonial é um sistema no qual há e se deve buscar significações culturais para a compreensão de todos os tópicos elencados acima e para a análise dos discursos construídos sobre nós e os outros. Isso os aproxima dos *cultural studies*. Podemos observar que autores como Stuart Hall, Homi Bhabha, entre outros, fazem a crítica ao colonialismo a partir de uma perspectiva dos *cultural studies*.

Esses autores avaliam que:

*discursos sobre el “otro” son un elemento **sobredetermi-nante** de las relaciones económico-políticas del sistema capitalista, y que la lucha por la hegemonía social y política del sistema pasa necesariamente por el control de esos códigos semióticos. Para ellos, las relaciones económicas y políticas no tienen sentido en sí mismas, sino que **adquieren sentido** para los actores sociales desde espacios semióticos específicos (o “epistemes”).* (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 16, grifos dos autores).

Por outro lado, os teóricos latino-americanos são oriundos das Ciências Sociais e da Economia. Para esses, as estruturas econômicas devem ser enfatizadas. Focalizam os modos como a incessante acumulação do capital em escala mundial determinam realidades. Todos os processos simbólicos (discursos, epistemologias) seriam derivados dos processos de acumulação do capital. Isso se deveria ao que Quijano e Wallerstein (1992) denominam como sistema-mundo capitalista moderno/colonial que sustenta a Modernidade desde sua criação no século XVI até os dias atuais, e que foi alicerçado em quatro pilares: a colonialidade, a etnicidade, o racismo e o conceito de novidade (*newness*). Esses sistemas se mantêm atuantes sob a forma de hierarquias entre o mundo europeu e o mundo não europeu. Esse enfoque os aproxima de autores que criticam o desenvolvimentismo ou que fizeram parte de grupos de estudos sobre a teoria da dependência (Quijano, inicialmente, teria feito parte desse grupo de estudiosos).

Contudo, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) observam que em ambos os lados pode haver reducionismos.

El hecho es que los teóricos del sistema-mundo tienen *dificultades para pensar la cultura, mientras que los teóricos anglosajones de la poscolonialidad tienen dificultades para conceptualizar los procesos político-económicos. Muchos investigadores del sistema-mundo reconocen la importancia del lenguaje y los discursos, pero no saben qué hacer con ellos o cómo articularlos al análisis de la economía política sin reproducir un economicismo vulgar. De igual forma, muchos investigadores del poscolonialismo reconocen la importancia de la economía política, pero no saben cómo integrarla al análisis cultural sin reproducir un culturalismo vulgar. De este modo, ambas corrientes fluctúan entre los peligros del reduccionismo económico y los desastres del reduccionismo culturalista.* (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 16).

É nessa lacuna que a terceira corrente, a dos estudos decoloniais ou da colonialidade do poder se insere. Para os estudiosos que assumem a lógica da colonialidade de poder, é essencial considerar o entrelaçamento entre economia, política e cultura.

O conceito de colonialidade do poder, além de explicitar o modo como as Américas foram inventadas (como um continente novo que deveria ser tutelado) e espoliadas pelo sistema-mundo capitalista/moderno/colonial, também explica como as estruturas de poder se atualizam por meio da articulação de novas formas de hierarquizações alicerçadas em torno da exploração dos sujeitos racializados. Avalia como essas hierarquizações se reproduzem nas dimensões de poder, saber e ser por meio do controle da economia, de quem possui autoridade, controle dos recursos naturais, das relações de gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Os autores desse grupo avaliam que os estudiosos das duas vertentes anteriores consideraram que seria possível entender o capitalismo sem compreender ou sem levar em conta

como los discursos raciales organizan a la población del mundo en una división internacional del trabajo que tiene directas implicaciones económicas: las “razas superiores” ocupan las posiciones mejor remuneradas, mientras que las “inferiores” ejercen los trabajos más coercitivos y peor remunerados. Es decir que, al igual que los estudios culturales y poscoloniales, el grupo modernidad/colonialidad reconoce el papel fundamental de las epistemes, pero les otorga un estatuto económico, tal como lo propone el análisis del sistema-mundo. (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 16, grifos dos autores).

Ou seja, não se trataria de reduzir as consequências do colonialismo a esferas exclusivamente culturais ou econômicas ou mesmo geoculturais, mas sim de avaliar o modo como essas categorias se entrelaçam e devem estar entrelaçadas nas avaliações dos desdobramentos dos poderes coloniais.

Quijano já nos alertava para o fato de a América Latina ter sido constituída por meio de uma estrutura de poder colonial e global, tendo a Europa como centro e lócus de controle desse poder alicerçado em torno da categoria “raça”. “O novo sistema de dominação social teve como elemento fundador a ideia de raça. Esta é a primeira categoria social da modernidade.” (QUIJANO, 2005, s.p.).

Criadas essas categorias, os sujeitos passam a se relacionar por meio delas. Aqueles que outrora foram ashantis, bacongos, congos, iorubas, zulus, após a racialização, passam a ser designados somente como “negros”. Quijano avalia que o sequestro e a escravização e a violência da racialização resultaram na destruição da subjetividade desses povos e também foram responsáveis pela destruição e apagamento gradativo da experiência e da memória que possuíam de suas sociedades, dos modos como se relacionavam, de como as relações se estabeleciam. O autor enfatiza que o etnicismo e o racismo foram inicialmente produzidos na América, mas, depois, foram reproduzidos em todo o mundo como um modo de assegurar as relações de poder da Europa em relação ao restante do globo.

Sendo assim, os autores do grupo Modernidade/Colonialidade consideram a importância de se observar que o mundo não foi completamente descolonizado. Apontam para um processo de descolonização por meio da qual, a partir do século XIX, se garantiu a independência jurídico-política das ex-colônias. Mas ainda seria necessário um processo de decolonização. Esse processo de decolonização visaria eliminar as múltiplas hierarquias que ainda existem associadas às relações raciais, étnicas, de gênero, sexuais, mas também epistemológicas, culturais e econômicas que o processo de descolonização teria deixado intactas.

*[...] el mundo de comienzos del siglo XXI necesita una **decolonialidad que complemente la descolonización** llevada a cabo en los siglos XIX y XX. Al contrario de esa descolonización, la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento jurídico-político. (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 17, grifos dos autores).*

O mais interessante nessa análise é que ela nos convida a pensar e a criar novas categorias por meio das quais possamos compreender o mundo no qual vivemos. Categorias e conceitos não associados às ciências do século XIX e que foram criadas para pensar um mundo atrelado às necessidades das diferentes formas de colonização. Então, o grupo Modernidade/Colonialidade, além de criticar os reducionismos de ambas as vertentes críticas dos estudos pós-coloniais anglo-saxão e latino-americano, ainda considera que lhes faltaria o empenho no processo de decolonização essencial para a análise mais aprofundada como também para a construção e a abertura de novas possibilidades de reflexão, criação e existência.

Temos que desenvolver novas linguagens e novas ciências que possam explicar as interfaces presentes no sistema-mundo capitalista patriarcal moderno colonial. Encontrar novos conceitos, linguagens, ideias que nos permitam pensar o quão complexo é o nosso mundo e o lugar que ocupam as hierarquias associadas ao gênero, raça, classe, sexualidade, conhecimento, espiritualidade. Esses autores nos falam em cruzamento entre processos geopolíticos, geoculturais, geoeconômicos e, ao mencionar a espiritualidade, em processos que atingem a subjetividade que também está submetida às diferentes formas de produção/reprodução do poder no sistema-mundo ora vigente.

Sendo assim, os autores estimulam a busca por formas não ocidentais de conhecimento, por paradigmas não decorrentes das ciências criadas no Ocidente e que permitam a reflexão sobre a ligação de tudo com tudo, de modo complexo. Esse seria o maior desafio proposto por esse grupo dentro dos estudos pós-coloniais (mesmo que eles se considerem dissidentes).

Nada melhor do que observar como eles falam sobre si próprios ao definir o enfoque que desejam oferecer à crítica pós-colonial.

El concepto “decolonialidad”, que presentamos en este libro, resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonizado y poscolonial. Nosotros partimos, en cambio, del supuesto de que la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del

*colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una **transición del colonialismo moderno a la colonialidad global**, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial. Las nuevas instituciones del capital global, tales como el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM), así como organizaciones militares como la OTAN, las agencias de inteligencia y el Pentágono, todas conformadas después de la Segunda Guerra Mundial y del supuesto fin del colonialismo, mantienen a la periferia en una posición subordinada. El fin de la guerra fría terminó con el colonialismo de la modernidad, pero dio inicio al proceso de la colonialidad global. (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 13, grifos dos autores).*

Vimos que a crítica pós-colonial se faz por meio da intrusão da diferença, do descentramento, do deslocamento, da crítica aos discursos normativos, pelo ato de (re)narrar a história deslocando o centro para as periferias e para as margens. E que os autores dos três grupos, quer europeus quer latino-americanos entendem que, parte dessa crítica, deve se voltar para a investigação sobre os modos de produção e reprodução das desigualdades entre os gêneros e das hierarquias raciais.

Se a colonialidade do poder é algo que revela como a produção colonial se estabelece por meio do pensar, sentir, falar, a ruptura com esse padrão colonial implica a destruição do discurso que reitera essa estrutura colonial e da colonialidade.

Para Maldonado-Torres (2007), “[...] *la aspiración fundamental de la descolonización consiste en la restauración del orden humano a condiciones en las cuales los sujetos puedan dar y recibir libremente, de acuerdo con el principio de la receptividad generosa.*” (p. 155). Isso seria realizar um giro decolonial (Cf. CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007), liberando corpo, mente e instituições sociais e políticas das amarras da colonialidade.

Como fazê-lo? Descolocando o olhar do centro para as margens. É preciso que as práticas opressivas sejam desnudadas por novas produções de conhecimento, como demonstrado por Oliveira, Meneguel e Bernandes (2009) e Santos (2002a, 2004, 2008), Carone e Bento (2002), entre outros, mas, também, as histórias dos povos negros (e, neste caso, especificamente das mulheres negras, as mais vulneráveis como demonstrado acima), precisam ser contadas, descobertas e compreendidas.

Vimos que, para essa compreensão também é necessário considerar que toda narrativa opressiva está inscrita no campo das heranças e atualizações das práticas colonialistas. A análise do discurso da colonialidade do poder nos auxilia a compreender o lugar da raça, do racismo na estruturação das sociedades pós-coloniais e o modo como esse sistema-mundo operou e continuou operando para manter as hierarquias entre a Europa e o resto do mundo (HALL, 1992), entre brancos e negros, homens e mulheres. Contudo, se apegar a esse discurso como ponto de partida e ponto de chegada nos impede de fazer o giro decolonial que nos permitirá pensar a partir de outros lugares.

Em que medida podemos desconstruir essa tópica? Como fugir dos essencialismos que nos têm definido? Parafraseando Mignolo (1993, 2007), a categorização racial é essencial para pensar as desigualdades e as consequências do racismo dentro do sistema-mundo capitalista moderno colonial, mas não é essencial para pensar. É preciso fazer falar aqueles que estão nas margens do mundo.

A soma de todos esses elementos fez nascer a proposta do dossiê *Raça, Política e Políticas Públicas*, para deixar falar os que estão nas margens do mundo, conhecer os autores que são as referências das políticas implementadas ou os pontos de partida para a reflexão sobre aquilo que falta, que é invisível, que é negado.

Após lançado o edital, percebemos, por meio das questões que nos chegavam de autores interessados em colaborar com o artigo, que essa é uma proposta extremamente nova.

Embora tenhamos conhecimento de diferentes pesquisas que objetivavam discutir raça e racismo, questões políticas associadas ao tema do racismo e das discriminações, ainda não há um reconhecimento formal de muitas pesquisas que se enxerguem como focalizadas no campo das políticas públicas destinadas aos grupos racializados. Isso nos chamou a atenção. Seria um campo ainda em construção? Será que os autores não conseguem vincular suas pesquisas a essa área por desconhecerem sua amplitude?

Muitas pesquisas avaliam de um modo não sistemático políticas públicas, mas o fazem a partir de outros escopos teóricos que não se assumem ou não se veem como parte do campo das políticas públicas. Acreditamos que isso ocorra porque muitas das discussões que se voltam a pensar o tema do racismo o fazem por meio da crítica à ação

do Estado e da negação de direitos e reconhecimento para grupos sociais vulneráveis em razão da racialização e da discriminação alicerçadas em fatores como cor, gênero, sexo.

Ou seja, as discussões e as investigações se voltam para a observação da carência de políticas públicas destinadas aos grupos racializados e não para a discussão sobre políticas que existam (já que eles, efetivamente, não existiriam).

Por isso, muitos dos autores encontraram dificuldades em contribuir para um dossiê que versava sobre o tema da investigação das políticas públicas e poucos foram aqueles e aquelas que enxergaram, nesta proposta, uma oportunidade efetiva de demonstrar o entrelace entre o racismo como uma política que tem, como um de seus efeitos, a invisibilização das discriminações por meio da não proposição de políticas públicas para os negros e demais grupos racializados. Ou ainda, dentro de quais balizas as raras políticas públicas focalizadas nesses grupos sociais teriam sido construídas, e se elas garantiriam transformações radicais nas estruturas que ora mantêm as hierarquias e discriminações raciais.

A experiência da proposição deste dossiê nos apresentou a necessidade de insistirmos na discussão e na investigação que vincula raça, política e políticas públicas para que novas pesquisas sejam propostas e novos autores sintam-se autorizados a inscrever suas investigações nessa área.

Neste sentido, os textos que compõem o dossiê são valiosos porque realizaram a intersecção dos temas propostos: raça, política e políticas públicas (alguns, ainda incluindo questões de gênero) e ressaltam exatamente aquilo que é revelado quando fazemos uso da perspectiva decolonial para estudarmos raça, política e políticas públicas. Observamos como as opressões, violências, violações foram e são construídas a partir de uma ótica colonial e imperial que se atualizam por meio de políticas neoliberais, sexistas, racistas, que não valorizam a diversidade. A oposição e a luta contra essas formas de violência se dão através da desconstrução, da resistência, da virada decolonial e da articulação de estratégias de reconhecimento de direitos e implementação de políticas públicas que os assegurem.

No texto de Francine Saillant podemos observar a reflexão teórica que traz essa discussão para o cerne da questão do reconhecimento e das reparações. A autora nos faz pensar nos limites do Estado como agente prioritário para as reparações dos erros históricos

e na associação entre reconhecimento e reparação. Esse é um desafio, porque nos apresenta para os riscos teóricos e epistemológicos nos quais poderemos incorrer ao, simultaneamente, pensarmos em termos de decolonização e em termos de políticas públicas. Seu artigo discute o vínculo necessário entre reconhecimento, identidade, experiência da minorização, erro histórico e reparações. Propõe explorar o tema do reconhecimento e reparações, conceitualmente, apresentar a história de erros e pedidos de reparações, focalizando, especificamente, o movimento negro no Brasil e as consequências dessas ações políticas de contestação e luta por reconhecimento por meio de criação de leis, políticas e ações da sociedade civil.

Parte da luta por reconhecimento de direitos para os grupos sociais vulneráveis, sobretudo os racializados, se dá por meio de políticas na área da educação. Não se deve desmerecer o fato de que muitas das discussões sobre racismo e discriminações tenham seus pontos de partida nas observações do que ocorre nos espaços de formação escolar, discutindo o que se oferece às crianças para que formulem suas compreensões, ideias e ofereçam sentidos para o mundo no qual vivem.

Duas autoras deste dossiê apresentam material fundamental para avaliarmos como os padrões de uma lógica colonial e eurocentrada se fazem presentes na formação de crianças e jovens. Também oferecem uma crítica aguda a esses processos e alternativas a eles. A educação multicultural seria uma alternativa. Também a elaboração de instrumentos de acompanhamento e de avaliação das competências de crianças e jovens que não reforcem a ideia do fracasso daqueles que não dominam os conteúdos da cultura hegemônica e de uma lógica produtivista que desvaloriza ações que visam à formação de seres humanos capazes de interagir com outros seres humanos de modo democrático, inclusivo, não competitivo e não violento.

No artigo de Ardavan Eizadirad, Ximena Martinez e Carolina Ruminot há a discussão sobre os métodos quantitativos de avaliação do desempenho de crianças no Chile e no Canadá para, a partir deles, mensurar a qualidade da educação oferecida e propor políticas públicas. Os autores discutem que os métodos e instrumentos de avaliação adotados nesses países se tornam excludentes e opressores das crianças dos grupos vulneráveis em razão de raça e gênero. Eles questionam os parâmetros de

eficiência e “*accountability*” neoliberais e globais assumidos por essas políticas públicas educacionais e sugerem alternativas centralizadas nas necessidades dos estudantes e de suas comunidades, que não são considerados por essas políticas implementadas.

No escopo da Lei nº 10639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos afro-brasileiros nas escolas, Edna Martins apresenta e discute uma experiência realizada com uma turma de estudantes de uma universidade pública em uma disciplina da licenciatura voltada para a educação para as relações étnico-raciais dos futuros professores. O artigo descreve e avalia o material produzido pelos estudantes no desenrolar das atividades sugeridas pela docente, coordenadora na disciplina. A autora destaca a importância de políticas públicas voltadas à formação continuada de professores para qualificá-los a discutir a temática das relações étnico-raciais. Isso garantiria que uma educação básica se desenvolvesse de modo não racista, formando crianças e jovens com um sentido mais apurado de cidadania e igualdade.

Os dois últimos artigos que compõem o dossiê articulam questões de gênero e raça. Os autores exploram outras formas de violência, que também se configuram como heranças da colonização, e apresentam sugestões de política e políticas públicas destinadas à proteção e garantia de direitos para mulheres vítimas de opressão e abusos em universidades e, de modo ainda mais sutil, vítimas da violência do sistema de saúde, que ignora suas especificidades.

No artigo assinado por Njoki Wane e Jacqueline Benn-John nos deparamos com um dos temas que mais tem sido discutido nos últimos meses: a construção de uma cultura que autoriza e naturaliza a violência contra as mulheres, sejam essas violências expressas de modo concreto e com marcas visíveis, como nos casos de estupro, ou sejam elas nas formas mais sutis que se observam na ausência de mulheres em posições socialmente identificadas como masculinas em razão de poder, *status* vinculados a elas.

As autoras apresentam dados que revelam a violência contra mulheres jovens (na faixa dos 15 aos 25 anos) sofridas em *campi* de instituições de ensino pós-secundário e apresentam as estratégias construídas para garantir a segurança dessas jovens, especialmente as estudantes da universidade onde uma experiência de proteção foi introduzida. Perguntas como: quais preocupações as mulheres jovens enfrentam com a sua segurança?; que tipo de

ajuda está disponível para apoiar as mulheres jovens no *campus*?; quais medidas têm sido tomadas para prevenir e reduzir a violência contra essas mulheres?; são discutidas ao longo do artigo.

No artigo de Saulo Luders Fernandes e Alessandro de Oliveira dos Santos são discutidos aspectos essenciais para a compreensão dos impasses e das contradições que existem nos modelos globalizados que definem o que é a saúde, o que é a doença e como tratá-las. Os autores apresentam os itinerários terapêuticos que mulheres quilombolas da região de Alagoas, Brasil, construíram para lidar com suas doenças/saúde. A leitura do artigo revela que os sentidos que essas mulheres dão a esses termos “doença/saúde”, nem sempre são os mesmos oferecidos pelos médicos e unidades de saúde, que seguem cartilhas construídas de modo global. Isso nos leva a questionar o quanto esse modelo de saúde, de fato, atende aos interesses das comunidades rurais de diferentes lugares do mundo, além do local onde a pesquisa foi realizada, e o quanto a negação, feita pelos sistemas oficiais de saúde, das práticas tradicionais adotadas pelas comunidades rurais, está em acordo com a lógica de dominação por meio da expropriação dos saberes construídos por e dentro dessas comunidades.

Fernandes e Santos enfatizam que os itinerários de saúde/doença resgatam práticas tradicionais assumidas por essas comunidades que se chocam com algumas definições construídas pela Ciência. Como lidar com isso? Os autores discutem essas questões e a própria hierarquia (ou assimetria, como preferem dizer) que também se faz presente dentro das comunidades tradicionais, não se furtando a sugerir políticas públicas para a área da saúde que se aproximem das necessidades dessas comunidades.

Observamos que os textos que compõem o dossiê *Raça, Política e Políticas Públicas* discutem as construções teóricas, políticas e políticas públicas que ignoram o reconhecimento das especificidades, das diversidades que permitiriam a construção de sociedades justas, plurais, iguais, não violentas. Mas apontam para alternativas construídas no escopo das teorias pós-coloniais, das práticas decoloniais e de reconhecimento e reparação.

Os leitores irão observar que este dossiê não seguiu à risca as orientações das demais contribuições da revista *Interface Brasil/Canadá*. Alguns artigos são maiores do que o definido pelo padrão da revista e, até mesmo, esta apresentação é um pouco

maior do que o convencional. Isso se deve exatamente ao que foi dito acima: o valor das contribuições recebidas. Elas devem ser assumidas como um convite para que mais pesquisadores avaliem a possibilidade de produzir dentro desse escopo teórico e metodológico considerando a interface entre raça, política e políticas públicas. Sendo assim, os textos aqui publicados servirão como um exemplo ou um chamado para outros tantos que possam se pensar como contribuições para as discussões das políticas públicas decoloniais para os grupos sociais que hoje ainda são racializados e vulneráveis em razão de opressões com base em cor, sexo, gênero.

Gislene Aparecida dos Santos¹, editora convidada

Referências

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALLESTRIN, L. “América Latina e o giro decolonial”. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BRAND, D. “No Burden to Carry: Narratives of Black Working Women in Ontario 1920s to 1950s (excerpts), 1991. In: *No Burden to Carry Narratives of Black Working Women in Ontario 1920s to 1950s*, Toronto: Women’s Press, p. 20-28.
- CARONE, I.; BENTO, M. A. *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARTY, L.; BRAND, D. “Visible Minority Women: A Creation of the Canadian State”, 1993. In: *The Gaze: Returning the Gaze, Essays on Racism, Feminism and Politics*, Toronto. Sister Vision Press: Black Women and Women of Colour Press, p. 207-222.
- CARTY, L. “Black Women in Academia: A Statement from the Periphery”, 1991. In: *Unsettling Relations: The University as a Site of Feminist Struggle*. Ed. Himani Bannerji et al. Toronto: Women’s Press, p. 13-41.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- _____. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: EUFJF, 2006.
- HALL, S. “The West and the Rest: Discourse and Power”, Hall; Gieben (Ed.). *Formations*

of *Modernity. Understanding Modern Societies an Introduction*. Open University/Polity Press, p. 275-331, 1992.

_____. *Diáspora*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*, 9. ed. Rio de Janeiro: DP&^a, 2004.

MALDONADO-TORRES, N. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 127-167, 2007.

MIGNOLO, W. “Colonial and postcolonial discourse: cultural critique or academic colonialism?”. *Latin America Research Review*, 28 (3): 120-134, 1993.

_____. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto”, In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

OLIVEIRA, M. L. P.; MENEGUEL, S. N.; BERNARDES, J. S. “Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial”. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2009.

QUIJANO, A. “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina”. *Estud. Av.*, S.P., v. 19, n. 55, dec. 2005.

_____. “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

_____.; WALLERSTEIN, I. “Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system”. *International Social Science Journal*, v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

SANTOS, G. *A invenção do ser negro*. São Paulo-Rio de Janeiro: EDUC-PALLAS-FAPESP, 2002.

_____. *Reconhecimento, utopia, distopia*. São Paulo, Brasil, Annablume/FAPESP, 2012.

_____. *Racism and Its Masks in Brazil: On Racism and the Idea of Harmony*. In: BRANCHE, J. (Ed.). *Race, Colonialism, and Social Transformation in Latin America and Caribbean*, Gainesville: University Press of Florida, p. 91-115, 2008.

_____. (2002a). “Selvagens, exóticos, demoníacos: ideias e imagens sobre uma gente de cor preta”. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, 24 (2), p. 275-289.

_____. *Mulher negra. Homem branco*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YOUNG, P. *Postcolonialism. An Historical Introduction*. Padstow: Blackwell Publishing, 2008.

WANE, N. “Mapping the field of Indigenous knowledges in anti-colonial discourse: a transformative journey in education”, *Race Ethnicity and Education*, 11:2, 183-197, 2008.

WANE, N. “Black Canadian feminist thought: perspectives on equity and diversity in the academy”, *Race Ethnicity and Education*, 12:1, 65-77, 2009.

Nota

¹ Professora do curso de Gestão de Políticas Públicas, dos programas de pós-graduação em Direitos Humanos e pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do *Diversitas* – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos e Coordenadora do GEPPIS – Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para Inclusão Social – <http://each.uspnet.usp.br/web/prof/geppis>.